



**EDITAL**  
**PREGÃO 014/2018 - Processo Licitatório Nº 854/2018**

**MODALIDADE:** Pregão Presencial 014/2018

**DATA DA REALIZAÇÃO:** 23 de Maio de 2018.

**HORÁRIO:** Das 09:45 as 10:00 horas credenciamento e 10:00 horas início do pregão

**LOCAL:** Na Sala da Comissão de Licitação, à Avenida da Liberdade, s/nº - Centro – Arraial do Cabo/RJ.

A Prefeitura municipal de Arraial do Cabo, através do seu Pregoeiro, fará realizar licitação, sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, regida pela Lei Federal n.º 10.520/02, pelo Decreto Municipal 2619/2018, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93, pelas normas editadas na Lei nº 123/2006 e alterações posteriores, **pelo menor preço unitário**, para Aquisição de brinquedos recreativos para os pátios das Unidades Escolares.

O Credenciamento e recebimento dos envelopes, contendo documentos e propostas de preços, dar-se-á na Sala da Comissão de Licitação na Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ, situada na Avenida da Liberdade, s/nº - Centro – Arraial do Cabo/RJ, sendo o credenciamento das 09:45 as 10:00 horas do dia **23 de Maio de 2018**, para abertura da sessão, as 10:00 h na mesma data, na sala da Comissão de Licitação.

Serão considerados **retardatários** os licitantes que comparecerem após o horário fixado no edital para credenciamento, sendo vedada sua participação no certame, salvo como ouvinte.

A presente Licitação se processará de conformidade com este Edital, com a Lei Federal 10.520/02, Decreto Municipal 2619/2018 e subsidiariamente com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

As informações e os procedimentos desta licitação serão executados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, situados na Avenida da Liberdade, s/nº - Centro – Arraial do Cabo/RJ. Comunicações pelo telefone (22) 2622-1650, Ramal 208 ou e-mail **compras@arraial.rj.gov.br**, a Licitação será Transmitida Ao vivo pela Internet.

**1 – DO OBJETO:**

**1.1** - É objeto desta licitação Aquisição de brinquedos recreativos para os pátios das Unidades Escolares, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.

**1.2** – Para critério de julgamento será apreciado o menor preço unitário.

**2 - CONDIÇÕES:**



2.1 - A licitante vencedora deverá comparecer no Departamento de Compras e Licitações do Município, para assinar o contrato, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, que será efetuada via telefone, fac-símile ou e-mail.

### 3 - DA FISCALIZAÇÃO:

3.1 - A fiscalização da execução do contrato será efetuada pelo titular do Departamento requisitante, ou preposto por ele designado, de acordo com as especificações constantes na “Minuta do contrato”, em anexo.

### 4 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

4.1 - Poderão participar desta licitação quaisquer pessoas jurídicas interessadas do ramo que preencham as condições deste edital.

4.2 - O prazo de validade da proposta apresentada, pelo licitante, será considerado pelo período de 60 (sessenta) dias.

### 5 - CREDENCIAMENTO

5.1 – Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) **tratando-se de representante legal**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) **tratando-se de procurador**, a procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame (**Pregão Presencial 014/2018**), acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

c) Declaração de pleno atendimento aos requisitos habilitatórios (item 6.1 do edital).

d) Comprovação do enquadramento legal como micro empresa ou empresa de pequeno porte nos termos da LC 123/06, se for o caso. (apresentação de Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (Conforme Instrução Normativa nº 103, art. 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicada no DOU de 22/05/2007) ou declaração da licitante em papel timbrado da empresa de que se enquadra em uma dessas situações previstas no artigo 3º da Lei Complementar 123/06 ou outro documento que comprove tal situação validada pela Junta Comercial).

5.2 – O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

5.3 – Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.



5.4 – A ausência do Credenciado em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representado, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

5.5 – O credenciamento será realizado antes do início da sessão.

5.6 – As empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte deverão apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (Conforme Instrução Normativa nº 103, art. 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicada no DOU de 22/05/2007) ou declaração da licitante em papel timbrado da empresa de que se enquadra em uma dessas situações previstas no artigo 3º da Lei Complementar 123/06 ou outro documento que comprove tal situação validada pela Junta Comercial junto com o credenciamento.

## **6 - APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1 – O licitante deverá apresentar declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação para o **pregão presencial nº 014/2018**, cujo objeto é " **Aquisição de brinquedos recreativos para os pátios das Unidades Escolares**", no momento do credenciamento.

6.2 – As licitantes apresentarão os documentos e proposta de preço em envelopes separados, em uma via, datilografada ou digitada, em papel timbrado da licitante ou identificado, sem rasuras ou entrelinhas, rubricadas e assinadas pelo representante legal, dentro de envelopes fechados, com os seguintes dizeres em sua parte externa:

### **ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**

PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO – PREGÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018  
PROPOSTA DE PREÇOS DA LICITANTE:  
RAZÃO SOCIAL/ CNPJ  
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 23/05/2018 as 10:00 horas

### **ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO**

PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO – PREGÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2018  
DOCUMENTAÇÃO DA LICITANTE:  
RAZÃO SOCIAL/ CNPJ  
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 23/05/2018 as 10:00 horas

### **6.3 - No envelope Nº01 de proposta de preço deverá conter:**

6.3.1 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
- b) número do Pregão (014/18);
- c) descrição do objeto da presente licitação, com a marca e indicação da procedência, e modelo do produto (se for o caso), em conformidade com as especificações do objeto;
- d) preço unitário e total de cada item;



- e) preço total em algarismo e por extenso;
- f) Data e local da elaboração da proposta;
- g) Assinatura do representante legal da empresa.

**6.3.1.1** – A proposta de preço deverá ser numerado na parte inferior, lado direito, manuscrito, da forma como no exemplo a seguir :1/10, 2/10, 3/10 .... 10/10.

**6.4** - Proposta contendo preço unitário e total de cada item do objeto ora licitado, e marca dos mesmos, bem como o preço total, uma vez que o critério de julgamento será considerado menor preço unitário.

**6.4.1** - Não serão considerados valores que apresentarem 3 (três) casas após a vírgula.

**6.4.2** - No caso de divergências entre o valor unitário e total, prevalecerá sempre o valor indicado unitário.

**6.4.3** - Nos preços deverão estar computados todos os tributos, encargos, insumos de produção, benefícios e despesas indiretas.

**6.4.4** - Não será admitida cotação inferior ou superior à quantidade prevista neste edital.

**6.5 - No envelope “Nº02” de documentação deverá conter:**

**6.5.1** – Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais; documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação ato constitutivo, estatuto ou contrato social; ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**6.5.2** – Prova de inscr. no Cadastro Nacional de P. Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

**6.5.2.1** – Para as micro empresas e empresas de pequeno porte, apresentação de Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (Conforme Instrução Normativa nº 103, art. 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicada no DOU de 22/05/2007) ou declaração da licitante em papel timbrado da empresa de que se enquadra em uma dessas situações previstas no artigo 3º da Lei Complementar 123/06 ou outro documento que comprove tal situação validada pela Junta Comercial.

**6.5.3** – Se os documentos acima mencionados já tiverem sido apresentados para credenciamento neste pregão, não precisarão constar no “envelope documentos de habilitação”.

**6.5.4** - Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei, As microempresas e empresas de pequeno porte que possuem alguma ressalva nessa documentação deverão apresentá-la, se forem declaradas vencedoras será concedido o prazo de 05 dias, prorrogáveis por igual período, para sua regularização. (ver item 7 deste edital).

**6.5.5** - Comprovação via declaração da própria empresa licitante de que não utiliza ou beneficiou, direta ou indiretamente, ou tenha sido autuada nos últimos 05 (cinco) anos pela utilização de mão de obra infantil, bem como tenha reiteradamente infringido as normas gerais de proteção ao trabalhador adolescente ou que tenha sido autuado no ano em curso ou anterior por infração a normas de segurança e saúde do trabalhador menor de idade, (em conformidade com o estabelecido no inciso V do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 9.854/99 e Decreto Federal nº 4.358/2002).

**6.5.6** - Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, expedida pelo Município de Arraial do Cabo, para as licitantes com sede ou filial nesta cidade. No que se refere às



demais licitantes, a Certidão deverá ser expedida pelo Município do seu domicílio, As microempresas e empresas de pequeno porte que possuem alguma ressalva nessa documentação deverão apresentá-la, se forem declaradas vencedoras será concedido o prazo de 05 dias, prorrogáveis por igual período, para sua regularização. (ver item 7 deste edital)

**6.5.7** - Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS (art. 29, inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações), As microempresas e empresas de pequeno porte que possuem alguma ressalva nessa documentação deverão apresentá-la, se forem declaradas vencedoras será concedido o prazo de 05 dias, prorrogáveis por igual período, para sua regularização. (ver item 7 deste edital).

**6.5.8** - Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos relativa a tributos Federais e a Dívida Ativa da União, inclusive de contribuições previdenciárias, fornecida pelo Ministério da Fazenda / Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Secretaria da Receita Federal do Brasil. As microempresas e empresas de pequeno porte que possuem alguma ressalva nessa documentação deverão apresentá-la, se forem declaradas vencedoras será concedido o prazo de 05 dias, prorrogáveis por igual período, para sua regularização. (ver item 7 deste edital).

**6.5.9** – Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhista expedida por meio do site do Tribunal Superior do Trabalho. As microempresas e empresas de pequeno porte que possuem alguma ressalva nessa documentação deverão apresentá-la, se forem declaradas vencedoras será concedido o prazo de 05 dias, prorrogáveis por igual período, para sua regularização. (ver item 7 deste edital).

**6.5.10. Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira:**

**6.5.10.1.** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Serão considerados aceitos na forma da Lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

**6.5.10.2** Sociedades regidas pela Lei 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em jornal de grande circulação; ou
- c) Por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**6.5.10.3** Para outras empresas ou institutos:

- a) balanço patrimonial registrado na Junta Comercial ou órgãos competentes ou Registro de Comércio competente ou;
- b) demonstração do resultado do exercício;
- c) cópia do termo de abertura e de encerramento do livro Diário, registrado na Junta Comercial ou Registro de Comércio competente, quando exigido por lei;

**Nota.** O Balanço Patrimonial deverá estar acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento, extraído do livro diário, registrado no órgão competente ou publicado, até a data de emissão da proposta escrita. Todos os atos do Balanço Patrimonial devem estar assinados pelo Contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.



**6.5.10.4.** Os índices deverão ser apresentados conforme estipulado no Subitem 6.5.11.6, devidamente calculado e assinado por um Contador, juntamente com o comprovante de inscrição e regularidade deste no Conselho Regional de Contabilidade – CRC conforme subitem **6.5.11.5**, sob pena de inabilitação.

**6.5.10.5.** Certidão de Regularidade Profissional do Contador, emitida pelo CRC.

**6.5.10.6. Cálculo dos indicadores econômicos:**

Para efeito da avaliação da capacidade econômico-financeira do Licitante, conforme § 1º e § 5º do art. 31, da Lei nº. 8.666/93, consolidada, ficam estabelecidos 03 (três) níveis de classificação definidos por pontos, decorrentes dos indicadores de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maior que 1,00 (um vírgula zero), e Grau de Endividamento (GE) igual ou menor que 1,00 (um vírgula zero), referente ao último exercício e calculados na forma estabelecida nas Instruções para Cálculo dos Indicadores Econômicos, como segue:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{realizável em longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{exigível em longo prazo}} = > \text{ ou } = 1,00$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}} = > \text{ ou } = 1,00$$
$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{exigível em longo prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{menor ou } = 1,00$$

**6.5.10.7.** No caso de empresa constituída no exercício corrente, deverá apresentar o Balanço Patrimonial de abertura, e balancetes do mês anterior ao da data fixada para realização do certame registrado no órgão competente ou publicação em órgão da imprensa oficial. Todos os atos do Balanço Patrimonial devem estar assinados pelo Contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

**6.5.10.7.1.** A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção do Índice de Solvência (S) igual ou maior a 01 (um), calculado e demonstrado pelo licitante, na proposta, por meio da seguinte fórmula:

$$\text{S} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível Total}} = > \text{ ou } = 1,00$$

**6.5.10.8** – Certidão Negativa de pedido de Falência, Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não constando do documento o prazo de validade, será aceito documento emitido até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

**6.5.10.9** - Comprovação de Capital Social, ou de Patrimônio líquido ou Social de no mínimo 10% do valor global da licitação, conforme previsto no art. 31 §3º Lei nº. 8.666/93, consolidada, através do Contrato Social e alterações, atualizado e registrado na Junta Comercial ou Órgão equivalente da Sede do





Licitante, ou Certidão emitida pela Junta Comercial ou Órgão equivalente admitida a atualização para a data da apresentação da proposta, na forma da lei, através de índices oficiais. Sob pena de inabilitação.

**6.5.11** – Dados do representante da empresa responsável pela assinatura do contato, caso seja vencedora, contendo: Nome, CPF, RG, estado civil e endereço.

**6.5.12** - Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

**6.5.13** - Não serão admitidas, na licitação, as pessoas suspensas ou impedidas de licitar, as que estiverem em regime de falência ou recuperação judicial, as que estiverem devendo para o fisco ou que tenha sua situação patrimonial deficitária, em razão do seu passivo ser maior que o ativo.

**6.5.14** - No caso de empresa que tenha filial, os documentos habilitatórios e a proposta de preços deverão referir-se a um só local de competência, ou seja, toda documentação deverá estar compatível com o C.N.P.J. apresentado, não sendo permitida mesclagem de documentos.

**6.5.15** - Caso algum documento seja emitido pela “Internet”, não será necessária a sua autenticação, uma vez que será efetuada a devida conferência, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, no “site” do órgão competente.

## **7 – DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

**7.1** – Às microempresas e empresas de pequeno porte (MPEs) será garantido o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/06.

**7.2** - O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujas definições do que sejam micro e empresa de pequeno porte encontram-se expressas em seu artigo 3º.

**7.3** – As empresas que se enquadrarem como microempresas ou empresas de pequeno porte deverão ter essa situação inserida na redação do nome empresarial ou fornecerem declaração de que se enquadram em um das situações acima apontadas, juntamente com a comprovação de adesão a programa “Simples Nacional”, se aderido.

**7.4** – No caso de microempresas e empresas de pequeno porte a comprovação de sua regularidade fiscal somente será exigida no momento da assinatura do contrato, devendo ser apresentado no Envelope “B” (documentação) documentos relativos à regularidade fiscal com alguma ressalva uma declaração de que a empresa é uma microempresas ou empresas de pequeno porte e a comprovação de adesão ao programa “Simples Nacional”.

**7.5** – As MPEs declaradas vencedoras do certame que possuírem alguma restrição com relação a comprovação da regularidade fiscal terão o prazo de 05 dias, prorrogáveis por mais 05 dias, contados a partir dessa declaração, para regularização dessa situação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**7.6** – A não regularização da documentação da MPE vencedora no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da lei 8.666/93.

**7.7** – No caso da não regularização da documentação serão convocados pelo Município os licitantes remanescentes na ordem de classificação para assinatura do contrato.



**7.8** – Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas finais apresentadas pelas MPEs sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**7.9** – Ocorrendo o empate proceder-se-á conforme previsto nos incisos do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06.

**7.10** – A MPE mais bem classificada dentro desse limite de até 5% (cinco por cento) será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob penas de preclusão.

**7.11** – O disposto nos itens 7.8 e 7.9 somente se aplicarão quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## **8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**8.1** - Na data, local e horário previamente estabelecidos, será aberta a sessão de processamento do pregão, iniciando com o credenciamento dos interessados com duração máxima de 15 minutos, conforme horários determinados no preâmbulo.

**8.2** - Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o item 6.1 deste Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

**8.3** – Após o horário determinado, iniciada a abertura do primeiro envelope de proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

**8.4** - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes.

**8.5** - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, o que não gerará a desclassificação da proposta, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta;

**8.6** - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

**8.7** - As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três).

**8.7.1** - No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

**8.8** - Para efeito de seleção será considerado o preço total global.





**8.9** - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

**8.10** - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

**8.11** - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

**8.12** - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

**8.12.1** – Caso haja alguma microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser observado o disposto no item 7 do presente edital.

**8.13** - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lance na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

**8.14** - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor preço com vistas à redução do preço.

**8.15** - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço oferecido, decidindo motivadamente a respeito.

**8.16** - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

**8.17** - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor. A abertura dos envelopes de documentação dos licitantes vencedores de cada item será realizada após o término da fase de lance de todos os itens, salvo se o licitante manifestar-se que não participará dos demais itens.

**8.18** - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos, ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

**8.19** - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**8.20** - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

**8.21** - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

**8.22** - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até



a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

**8.23** - Não serão aceitas propostas e documentos enviados por “fac-símile”, Telex ou por qualquer meio eletrônico.

## 9 - DOS RECURSOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**9.1** - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**9.2** - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

**9.3** - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

**9.4** - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

**9.5** - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.6** - A adjudicação será feita globalmente.

## 10 - DAS SANÇÕES:

**10.1** - Na hipótese de inexecução total ou parcial do fornecimento, a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, garantida a apresentação de prévia defesa, aplicará a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, as seguintes sanções:

**10.1.1** - Advertência.

**10.1.2** - Verificando-se o não cumprimento de exigências previamente formuladas pela fiscalização, ou de outras quaisquer disposições do contrato, o Município de Arraial do Cabo/RJ poderá, através de comunicações escritas, e sem prejuízo da rescisão, aplicar à contratada a multa, equivalente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, no atendimento da exigência formulada, após decorridos 10 (dez) dias do recebimento da notificação, pelo contratado.

**10.1.2.1** - Se o excesso de prazo, acima referido, ultrapassar 30 (trinta) dias, o Município de Arraial do Cabo poderá optar pela rescisão do contrato.

**10.1.3** - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por um prazo de até 02 (dois) anos;

**10.1.4** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.



**10.1.5** - As sanções previstas nos subitens “10.1.1”, “10.1.3” e “10.1.4” deste item, poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem “10.1.2”, facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**10.1.6** - As referidas penalidades não excluem as perdas e danos resultantes.

### **11 - DA FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS:**

11.1. Correrão por conta das Unidades Orçamentárias; Categoria Econômica e Funcional Programática a seguir estabelecida:

Ficha : 0226

Orgão : 02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

Unidade : 007 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Sub-Unidade : 001 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Função : 12 – EDUCAÇÃO

Sub-Função: 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL

Programa : 0008 – CIDADE EDUCADORA

Projeto Atividade : 2041 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Elemento de Despesas : 4490520000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte : 047 – ORDINÁRIOS – GASTOS COM EDUCAÇÃO

### **12 - DA RESCISÃO DO CONTRATO:**

**13.1** - A inexecução do contrato, parcial ou total, ensejará na sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

### **14 - DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

**14.1** - Acompanhar e fiscalizar, através de preposto designado pelo Titular do Departamento requisitante a execução do contrato, objeto deste Edital.

**14.2** - Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do contrato, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo do fornecimento executado.

**14.3** - Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos no contrato.

**14.4** - Ao Município fica assegurado o lícito direito de subsistindo razões plausíveis e de interesse coletivo, rescindir, unilateralmente, o contrato, em qualquer circunstância e época da execução do contrato, depois de notificada, do ato, à parte contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem ônus ou responsabilidades decorrentes para o Poder Público e devidos fins de direito.

### **15 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**15.1** - Executar o serviço pactuado, de conformidade com os parâmetros delineados em propostas apresentadas e aos rigores previsíveis em normas de regência.

**15.2** - Manter à frente do serviço, pessoa qualificada, para representá-la junto à fiscalização.



- 15.3** - Executar o contrato de acordo com as determinações do contratante, através do órgão competente.
- 15.4** - Proceder à substituição do pessoal, quando necessário, que por qualquer motivo fique impossibilitado de realizar os serviços.
- 15.5** - Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 15.6** - Assumir toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos dos serviços, objeto deste Edital.
- 15.7** - Cientificar ao Município do andamento dos serviços, quando for o caso.
- 15.8** - Participar o Poder Público, com a antecedência necessária, eventuais diligências a seu encargo.
- 15.9** - A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55, XIII, da Lei 8.666/93.

## **16 - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO:**

- 16.1** - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária, o contrato poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração, com a justa remuneração do serviço.
- 16.2** - O reequilíbrio econômico financeiro deverá ser provocado pelas partes e ser comprovado através de planilha de custo e apresentação de notas fiscais do fornecedor, anteriores e posteriores ao desequilíbrio.

## **17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 17.1** - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.2** – Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 17.3** – Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no Departamento de Compras e Licitação, situado na Avenida da Liberdade, s/n – Centro, Arraial do Cabo/RJ.
- 17.4** – Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 17.5** - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 1 dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.
- 17.6** – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 17.7** – Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 17.8** - O Prefeito Municipal de Arraial do Cabo poderá, antes da contratação, por despacho motivado, de que se dará ciência às licitantes, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, por ilegalidade (Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo:854/18  
Nº folha:  
Ass:

**17.09** - Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação sobre o presente edital deverão ser solicitados por escrito, ao Pregoeiro, no Departamento de Compras e Licitações, situada na Avenida da Liberdade, s/n – Centro – Arraial do Cabo/RJ, no horário das 12h às 17h - telefone: (0xx22) 2622-1650 – Ramal 208.

**17.10** - Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei Federal n.º 10.520/02, Decreto Municipal 2619/2018, subsidiariamente a lei federal 8.666/93 e alterações posteriores, bem como de acordo com as demais normas jurídicas em vigor.

Arraial do Cabo/RJ, 02 de Abril de 2018

**Mônica Nilze Porto Vieira**  
**Secretária Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia**



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – OBJETO**

Aquisição brinquedos recreativos para os pátios das Unidades Escolares.

**2 – JUSTIFICATIVA:**

A Secretaria de Educação em vistoria as suas Unidades Escolares, percebeu que há poucos brinquedos recreativos e de estímulo social para seus alunos, sendo assim, viu a necessidade de contratação de uma empresa especializada no fornecimento de tais peças, a serem instaladas nos pátios e áreas recreativas das mesmas, de acordo com a faixa etária e segmento de cada uma, afim de proporcionar maior diversão, interação social e senso coletivo aos alunos.

**3 – DEMANDA DOS BRINQUEDOS, DESCRIÇÃO DOS MESMOS, DA QUALIDADE, QUANTIDADE, PADRÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

3.1. Esta Secretaria encontrou a necessidade da aquisição de:

3.1.2 – 05 Estantes Medieval, em PVC reforçado, colorida, com 02 prateleiras, na altura de 1,20m.

3.1.3 – 03 Girafresos com 03 (três) lugares, em PVC reforçado, colorido.

3.1.4 – 10 Gangorras individuais, em PVC, de cores sortidas, de preferência com formas de animais ou desenhos com identificação com o público infantil.

3.1.5 – 05 Túneis Lúdicos, com desenhos, imagens e ornamentações que ajudem no aprendizado das crianças atendidas na rede de ensino, com pelo menos 2 metros de comprimento, e circunferência suficiente para uma criança de até 08 anos adentrar sem maiores risco.





3.1.6 – 05 Parques de porte pequeno, tipo Petitplay Standard, composto de peças de PVC reforçado, encaixáveis, coloridas, composto de pequeno escorregador e pequena escada, que dá acesso a plataforma para 02 crianças.

3.1.7 – 01 Play infantil para bebês, com balanço, de PVC reforçado, colorido.

3.1.8 – 02 Gangorras, de PVC reforçado, com capacidade para 02 crianças, com formas de animal ou desenho que sejam comuns às crianças.

3.1.9 – 01 Gangorra dupla, para 04 crianças, em PVC reforçado, com forma de animal ou desenho que sejam comuns às crianças.

3.1.10 – 02 Gangorras, de plástico reforçado, com capacidade para 03 crianças, com formas de animal ou desenho que sejam comuns às crianças.

3.2. Os brinquedos mencionados e descritos nos Itens 3.1 a 3.1.10 deste Termo devem ser de qualidade comprovada, de acordo com especificações do INMETRO, devem vir embalados em suas embalagens originais, sem traços de qualquer acondicionamento ou reforma, acompanhado de manuais de montagem e manutenção, além dos certificados de garantia.

3.3. A instalação dos brinquedos nas unidades escolares, instrução de uso e montagem ficam a cargo da CONTRATADA, que também irá garantir o contato com as empresas construtoras das peças em caso de problemas em que seja necessária acionar a garantia dos mesmos.

3.4. A montagem e instalação dos brinquedos se darão em 05 dias úteis após a entrega dos mesmos, com cronograma formado em reunião com representante da CONTRATADA e desta Secretaria.

3.5 A CONTRATANTE fornecerá a CONTRATADA na reunião que consta no item 3.4 deste termo, a quantidade e quais brinquedos serão instalados em suas Unidades de Ensino, dentro do universo de brinquedos já elencados neste termo, de acordo com relação em anexo que descreve o quantitativo e quais brinquedos cada Unidade de Ensino receberá.

3.6 – Seguem anexo a este TERMO, fotografias dos brinquedos elencados neste Item, a fim de servirem como parâmetro para a CONTRATADA na aquisição e fornecimento dos mesmos.



3.7 – Segue padrão descritivo e qualitativo de cada Brinquedo que é Item deste Termo para melhores parâmetros além das fotografias anexadas:

3.7.1. Petitplay Standard – Idade de 2 a 5 anos Playground em polietileno rotomoldado composto por 1 módulo em formato hexagonal e parte superior em forma de castelo, 1 parede com parte superior em forma de castelo e porta medieval com visor na parte superior, 1 rampa de escorregador reto pequeno, 1 arco, 1 tabelinha de basquete com tabela e aro, 1 meia plataforma com drenos para evitar acúmulo de água e detalhes antiderrapantes, peça com 1 degrau que funciona como apoio e como acesso à meia plataforma, aberturas na parte inferior nos 6 lados do brinquedo. Dimensões aproximadas com tolerância de 5%: Altura : 1,45 Largura: 1,50 Comprimento: 2,50 Certificado CE-VOL/ICEPEX-N 00180-75-1 Normas Aplicadas: ABNT NBR NM 300/2004 - Versão 2011- Segurança de Brinquedos; ABNT NBR 16071-2:2012 - Playgrounds - Parte 2: Requisitos de Segurança Produto ensaiado e certificado segundo a norma de segurança INMETRO.

3.7.2. - Cavalo Marinho – Idade 1 a 4 anos Gangorra em polietileno rotomoldado para 1 criança com formato com formato lúdico e manoplas duplas, assento com apoio para as costas. Dimensões aproximadas tolerância de 5%: Altura: 0,70 largura: 0,35 comprimento:0,95 CERTIFICADO N. CE-VOL/ICEPEX-N 00482-75-21 NORMA APLICADA-NBR NM 300/2004 - Versão 2011- Segurança de Brinquedos Produto ensaiado e certificado segundo a norma de segurança INMETRO.

3.7.3. Gira 3 lugares Idade de 1 a 5 anos - Brinquedo com 3 assentos anatômicos muito utilizado em parques infantis para dar a oportunidade de as crianças girarem sobre um o mesmo eixo, sincronizando os movimentos das mãos em uma manopla circular. Para explorar o potencial de girar e promover estabilidade durante a brincadeira, a estrutura interna do brinquedo deve ser metálica e sua base antiderrapante com diâmetro de no mínimo 1,10 cm com tolerância de mais ou menos 5% para mais e para menos. Também é fundamental haver 4 orifícios para fixar o brinquedo no chão. Entre a manopla circular e a o prolongamento da base com os assentos deve haver uma estrutura metálica que não permita o contato direto entre



peças de plástico de forma a garantir a durabilidade e conferir precisão ao giro. Para evitar acúmulo de água, toda a base deve ser rodeada por frestas. Para atender crianças de 1 a 5 anos, a altura do brinquedo deve ser de 0,60 cm com tolerância de 5% para mais e para menos. Cada assento deve suportar um peso de até 80 Kg. O material deverá ser de polietileno de média densidade de pigmento colorido e com aditivo UV. O material não pode ser tóxico e deve ser reciclável. Dimensões aproximadas tolerância de 5%: Altura 0,60 x 1,10 diâmetro CERTIFICADO N. CE-VOL/ICEPEX-N 00482-75-15 NORMA APLICADA-NBR NM 300/2004 - Versão 2011- Segurança de Brinquedos Produto ensaiado e certificado segundo a norma de segurança INMETRO

3.7.4. Gangorra patinho individual – Idade 1 a 3 anos Gangorra pequena em polietileno rotomoldado para 1 criança com formato lúdico e manoplas duplas, assento com apoio para as costas. apoio para os pés com formato anti-derrapante Dimensões aproximadas tolerância de 5%: Altura: 0,45 largura:0,30 comprimento:0,65 CERTIFICADO N. CE-VOL/ICEPEX-N 00482-75-21 NORMA APLICADA-NBR NM 300/2004 - Versão 2011- Segurança de Brinquedos Produto ensaiado e certificado segundo a norma de segurança INMETRO

3.7.5. Gangorra patinho dupla – Idade 1 a 4 anos Gangorra em polietileno rotomoldado para 2 crianças brincarem juntas com formato lúdico e manoplas duplas, assento com apoio para as costas. apoio para os pés com formato antiderrapante Dimensões aproximadas tolerância de 5%: Altura: 0,45 largura:0,30 comprimento: 1,15 CERTIFICADO N. CE-VOL/ICEPEX-N 00482-75-21 NORMA APLICADA-NBR NM 300/2004 - Versão 2011- Segurança de Brinquedos Produto ensaiado e certificado segundo a norma de segurança INMETRO

3.7.6. Túnel Lúdico – Idade a partir de 1 ano Brinquedo em formato de túnel para ser utilizado em área externa ou interna e que sirva de suporte para a brincadeira simbólica. Para isso, deverá conter suportes ao longo do brinquedo para que o/a professor/a possa fixar tecido e outros materiais não-estruturados. O túnel não deve ter uma temática definida que oriente a brincadeira das crianças. É desejável na Educação Infantil e nas séries iniciais do fundamental que a criança tenha liberdade de criação. Além da brincadeira simbólica, o túnel deverá permitir



a utilização em situações motoras: engatinhar, arrastar-se e equilibrar-se. Para o desenvolvimento dessas habilidades, o tamanho do brinquedo deve ser de aproximadamente de 2,30m com tolerância de mais ou menos 5% para mais e para menos. Para a atividade de equilíbrio, em que a criança irá transpor o brinquedo de um lado para o outro, a largura do túnel deve ser de 86 cm com tolerância de 5% para mais. Para o desenvolvimento dessa habilidade, além da largura, é necessário haver orifícios ao longo da parede do túnel para auxiliar a criança a posicionar a mão corretamente no momento de escalar o brinquedo. O material deverá ser de polietileno de média densidade de pigmento colorido e com aditivo UV. O material não pode ser tóxico e deve ser reciclável. CERTIFICADO N. CE-VOL/ICEPEX-N 00482-75-1 Norma aplicada:NBR NM 300/2004 - Versão 2011- Segurança de Brinquedos Produto ensaiado e certificado segundo a norma de segurança INMETRO

3.7.7 Estante Medieval Estante em polietileno rotomoldado , idela para guardar livros, brinquedos ou qualquer outro objeto, mantendo assim a ordem e organização do ambiente. Possui formato lúdico, 2 prateleiras e parte inferior para objetos maiores. Dimensões aproximadas tolerância de 5%: Altura: 1,15 Largura: 0,55 Comprimento: 0,30

3.7.8. Gangorra Camelinho Idade 1 a 4 anos Gangorra produzida em polietileno rotomoldado para até 4 crianças. Os espaços para as crianças são proporcionais entre si, permite o empilhamento encaixando-se uma na outra e facilitando o armazenamento. Medidas aproximadas, tolerância de 5%: Altura: 0, 55 Largura: 0,50 Comprimento : 1,75 CERTIFICADO N. CE-VOL/ICEPEX-N 00482-75-21 NORMA APLICADA-NBR NM 300/2004 - Versão 2011- Segurança de Brinquedos Produto ensaiado e certificado segundo a norma de segurança INMETRO

3.7.9. Baby Play com balanço bebê – 9 meses a 3 anos Balanço com estrutura em plástico e cadeira para 1 criança, cadeira com barra de segurança, com encaixe para as mãos. Barra de segurança que se levanta para facilitar o acesso da criança à cadeira. Cinto de segurança vertical, que evita que a criança escorregue por baixo da barra de segurança, assento com apoio para as costas, escorregador compostos por rampa, 1 escada, 1 tirante central,escada



com 4 degraus, sendo que o último degrau (mais alto) fica livre para apoio dos pés e nivelado com o início da rampa, corrimão incorporado à própria escada, sem saliências. Topo da escada com 2 laterais altas o suficiente para dar segurança a crianças menores. A conexão do escorregador à estrutura do balanço é feita por conector de plástico localizados na base e no meio da estrutura. Dimensões aproximadas tolerância de 5% Altura: 1,14 Largura: 1,60 Comprimento: 1,60 CERTIFICADO N. CE-VOL/ICEPEX-N 00482-75-7 Norma aplicada: NBR NM 300/2004 - Versão 2011- Segurança de Brinquedos Produto ensaiado e certificado segundo a norma de segurança INMETRO

#### **4 – FORMA DE FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA E PAGAMENTO:**

4.1 – FORMA DE FORNECIMENTO: Todas as peças deveram ser entregues numa única remessa, em até 15 dias corridos após a publicação do contrato.

4.2 – LOCAL DE ENTREGA: ALMOXARIFADO CENTRAL – Rua José Pinto de Macedo, s/nº - Prainha – Arraial do Cabo – RJ.

4.3 – PAGAMENTO: Será realizado um mês após a entrega do material e atestada a respectiva nota fiscal por dois funcionários do setor administrativo.



**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR  
OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATO  
SUPERVENIENTE**

A empresa, abaixo assinada, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar, em havendo, ocorrências posteriores que o inabilite para participar de certames licitatórios sob as penas da lei.

xxxxxxxxxxxx. xx de xxxxxxxxxxxx de 2018.

---

NOME DA EMPRESA/CARIMBO CNPJ

Assinatura do responsável





**ANEXO III**  
**MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**

**OUTORGANTE:** ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede na Rua ....., nº ....., bairro ....., na cidade de ....., Estado de ....., (neste ato representado) pelo(a) ..... (sócio/diretor/procurador), Sr.(a) ....., ..... (nacionalidade), ..... (estado civil), ..... (profissão), portador(a) do RG nº ..... e do CPF nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ....., na cidade de ....., Estado de ....., -----

**OUTORGADO:** Sr. (a) ....., ..... (nacionalidade), ..... (estado civil), ..... (profissão), portador(a) do RG nº ..... e do CPF nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ....., bairro ....., na cidade de ....., Estado de .....

**PODERES:** ao(s) qual(ais) confere amplos poderes para representá-lo(a) no procedimento licitatório, especificamente na licitação modalidade **Pregão Presencial nº 014/2018**, da Prefeitura, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

..... de ..... de 2018

Outorgante

- **DEVERÁ SER APRESENTADO FORA DO ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO.**



ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS  
DE HABILITAÇÃO**

Em atendimento ao previsto no edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 014/2018, DECLARAMOS que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

---

NOME DA EMPRESA/CARIMBO CNPJ

Assinatura do responsável

- **DEVERÁ SER APRESENTADO FORA DO ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO**



**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
**Cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**

**DECLARAÇÃO**

.....  
inscrita no CNPJ sob o nº .. ..... por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

*Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).*

....., ..... de ..... de 2018

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante  
RG nº.....



(Esta proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa)

**PREGÃO PRESENCIAL 014/18**

**ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

Proposta que faz a empresa XXXXXXXXXXXXX, que propõe-se a executar o XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, de acordo com as especificações constantes do edital 014/18.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1					
<b>VALOR TOTAL</b>					

**VALOR GLOBAL: R\$ XXX.XXX,XX (Valor por extenso).**

1 – Declaro que o prazo de eficácia desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega de seu respectivo envelope (art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93).

2 – Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

3 – Declaro que, caso esta empresa seja vencedora desta licitação, comprometemo-nos a executar os serviços dentro das especificações deste edital constante do ANEXO I;

[local],[data]

---

NOME DA EMPRESA  
Assinatura do responsável



## ANEXO VII

### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº **é (microempresa ou empresa de pequeno porte)**, nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, com nova redação dada pela **Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a participar do certame acima referenciado e exercer os direitos previstos na legislação e no Pregão Presencial nº 014/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo.

[local],[data]

---

Assinatura do representante legal



**ANEXO VIII – PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO**

Item	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	UND	5	<b>ESTANTE MEDIEVAL</b> em PVC reforçado, colorida, com 02 prateleiras, na altura de 1,20m.	R\$ 628,25	R\$ 3.141,24
2	UND	3	<b>GIRAFRESCO</b> com 03 (três) lugares, em PVC reforçado, colorido	R\$ 1.866,93	R\$ 5.600,78
3	UND	10	<b>GANGORRA INDIVIDUAL</b> em PVC, de cores sortidas, de preferência com formas de animais ou desenhos com identificação com o publico infantil.	R\$ 241,28	R\$ 2.412,75
4	UND	5	<b>TÚNEL LÚDICO</b> com desenhos, imagens e ornamentações que ajudem no aprendizado das crianças atendidas na rede de ensino, com pelo menos 2 metros de comprimento, e circunferência suficiente para uma criança de até 08 anos adentrar sem maiores risco.	R\$ 3.000,83	R\$ 15.004,13
5	UND	5	<b>PETITPLAY STANDART</b> Parques de porte pequeno, tipo Petitplay Standard, composto de peças de PVC reforçado, encaixáveis, coloridas, composto de pequeno escorregador e pequena escada, que de acesso a plataforma para 02 crianças.	R\$ 4.739,10	R\$ 23.695,50
6	UND	1	<b>BABYPLAY BALANÇO PARA BEBÊ</b> Play infantil para bebês, com balanço, de PVC reforçado, colorido.	R\$ 2.582,13	R\$ 2.582,13





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo:854/18

Nº folha:

Ass:

7	UND	2	<b>GANGORRA CAMELINHO DUPLA</b> Gangorras, de PVC reforçado, com capacidade para 02 crianças, com formas de animal ou desenho que sejam comuns as crianças.	R\$ 691,80	R\$ 1.383,60
8	UND	1	<b>GANGORRA PATINHO DUPLA</b> Gangorra dupla, para 04 crianças, em PVC reforçado, com forma de animal ou desenho que sejam comuns as crianças.	R\$ 404,05	R\$ 404,05
9	UND	2	<b>GANGORRA CAVALO MARINHO TRIPLA</b> Gangorras, de plástico reforçado, com capacidade para 03 crianças, com formas de animal ou desenho que sejam comuns as crianças.	R\$ 587,35	R\$ 1.174,70



## ANEXO IX

### MINUTA DE CONTRATO

**Termo de Contrato n.º ~~xxxx~~/2018**

**Contrato de empresa para \_\_\_\_\_, para atender a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO (RJ)**, com sede à Av. da Liberdade, n.º 50, Centro, Município de Arraial do Cabo, Estado de Rio de Janeiro, inscrita no C.N.P.J. sob n.º 27.792.373/0001-07, neste ato devidamente representada pelo Secretária Municipal de Educação Sra. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ - expedida pelo \_\_\_/\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Srº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, comerciante, CPF \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, que reger-se-á pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

#### **1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE**

1.1 - O objeto do presente Contrato é **aquisição de brinquedos recreativos para os pátios das Unidades Escolares**, conforme edital e seus anexos.

#### **2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA DA CONTRATADA**

2.1 - Para celebração do presente contrato foi realizada a licitação na modalidade Pregão Presencial, com base no inciso II, do artigo 23, da Lei Federal 8.666/93, através do processo n.º 854/18, o qual a Contratante e a Contratada encontra-se estritamente vinculadas ao seu edital e a proposta desta última.

#### **3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO, PRAZO DE PAGAMENTO E PRAZO DE VIGÊNCIA**

3.1 - Dá-se a este Contrato o valor total de **R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**

3.2 - Os pagamentos serão efetuados conforme a execução dos serviços ate **30 (trinta) dias** contados da data de emissão da Nota Fiscal.

3.2.1 - A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município e conforme relatório dos serviços prestados.



3.2.2 - Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.2.3 - A nota fiscal deverá ser emitida em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.

3.2.4 - Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Conjunta de Débitos relativos à Dívida Ativa da União e contribuições previdenciárias, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e caso possua sede no município de Arraial do Cabo/RJ, apresentar também a Certidão de ISS.

3.2.5 - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.2.6 - No ato de assinatura do contrato, a contratada deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Arraial do Cabo.

3.2.7 - O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente.

3.2.8 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.3 - O Contrato terá a duração de **1 (um) mês**, com início a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, de acordo com as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993 em seu artigo 57, inciso II, e poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo Município a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

#### **4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DA SUJEIÇÃO DAS PARTES**

4.1 - Todas as Cláusulas deste Contrato estão sujeitas a normas da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais legislações complementares, que servirão de base para a solução dos casos omissos a este instrumento e não resolvidos na esfera administrativa.

#### **5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DA FONTE DE RECURSO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - As despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento para o exercício de 2018, com as seguintes dotações orçamentárias.

Ficha : 0226

Orgão : 02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

Unidade : 007 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Sub-Unidade : 001 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Função : 12 – EDUCAÇÃO



Sub-Função: 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL

Programa : 0008 – CIDADE EDUCADORA

Projeto Atividade : 2041 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Elemento de Despesas : 4490520000 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte : 047 – ORDINÁRIOS – GASTOS COM EDUCAÇÃO

## **6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **6.1 - Do Município:**

6.1.1 - Fiscalizar a prestação dos serviços conforme especificado no Edital do Processo 854/2018;

6.1.2 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva prestação dos serviços, objeto desta licitação;

6.1.3 - Aplicar a empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;

6.1.4 - Garantir à Contratada o direito ao contraditório e ampla defesa nos casos de aplicação de sanções;

6.1.5 - Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

6.1.6 - Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

6.1.7 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;

6.1.8 - Informar a contratada eventuais defeitos, identificados mesmo após a prestação dos serviços e exigir a sua substituição ou reparação, conforme o caso.

### **6.2 - Da Contratada:**

6.2.1 - Executar os serviços, objeto desta contratação, nas especificações contidas no Edital;

6.2.2 - Enviar o Relatório dos Serviços Prestados ao gestor do contrato para apreciação, antes da emissão da nota fiscal/fatura dos serviços prestados, quando necessário;

6.2.3 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

6.2.4 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE na prestação dos serviços;

6.2.5 - Arcar com todos os custos de **reexecução** nos casos em que o objeto não atenda as condições do Edital;

6.2.6 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

6.2.7 - Comunicar a Prefeitura, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir



na prestação dos serviços objetivados na presente licitação;

6.2.8 - Indicar representante, que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais.

6.2.9 - Disponibilizar funcionários habilitados para a prestação dos serviços;

6.2.10 - Sempre que solicitado, a contratada deverá prestar esclarecimentos e atender a reclamações que possam surgir durante a execução do contrato.

## **7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

7.1 – Fica designado como fiscal do contrato, o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, conforme determina o Art. 67 da Lei Federal 8.666/93

## **8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES**

8.1 - Os casos de inexecução do objeto deste Edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da lei n.º 8.666/93, das quais destacam-se:

**a)** Advertência;

**b)** Multa;

**c)** Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o município, no prazo de até 05 (cinco) anos;

**d)** Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, em geral enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2 - O atraso injustificado na execução do contrato de serviço, sem prejuízo no disposto no § 1º do artigo 86 da Lei 8.666/93, sujeitará a contratada a multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido, na seguinte proporção:

**a)** multa de 10% (dez por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e

**b)** multa de 15% (quinze por cento) a partir de 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.

8.2.1 - A partir de 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no edital ou contrato, sujeitando-se à aplicação de multa prevista no item 8.2 do Contrato.

8.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato poderão ser aplicadas à contratada as seguintes



penalidades:

a) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

b) pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

8.4 - Os valores das multas aplicadas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.5 - Não havendo créditos para abatimento da multa, esta deverá ser recolhida aos cofres da Contratante em até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, sendo que após essa data começarão a correr juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e atualizações monetárias.

8.6 - Caso não seja recolhida no prazo acima, o valor será inscrito em dívida ativa e será promovida a cobrança judicial, sem prejuízo das demais cominações legais.

8.7 - Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

8.8 - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de **05 (cinco) dias úteis** contados da data da intimação do interessado.

8.9 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de **05 (cinco) dias úteis** e pedidos de reconsideração, no prazo de **10 (dez) dias úteis**.

#### **9.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

9.1 - Constituem motivo para rescisão deste Contrato, todos aqueles elencados no artigo 78 da Lei n.º

8.666/93, inerentes ao objeto deste Contrato, bem como, o descumprimento de qualquer de suas Cláusulas.

9.2 - A rescisão do contrato não impedirá a administração de aplicar as sanções previstas na Cláusula Sétima, conforme a situação, além de poder exigir as indenizações por prejuízos a que venha sofrer.

9.3 - A Contratada reconhece-se o direito da Contratante de usar das prerrogativas do art. 77 da Lei n.º 8.666/93, no caso de rescisão administrativa.

#### **10.0 - CLÁUSULA NONA - DO FORO**

10.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Arraial do Cabo, para dirimir questões oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### **11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo:854/18  
Nº folha:  
Ass:

11.1 - Os casos omissos neste contrato serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93 e demais leis complementares que versem sobre o assunto.

11.2 - Vincula-se este contrato ao edital e seus anexos, documentos estes que servirão de base, também, para a solução de eventuais divergências.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas.

Arraial do Cabo, XX de XXXXXX de 2018.

\_\_\_\_\_  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratada

\_\_\_\_\_  
Fiscal

Testemunhas

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_